



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ANTONIA LUCIA GUIMARÃES DE AGUIAR

O Terceiro Setor em busca de autonomia financeira.

Brasília
2017

ANTONIA LUCIA GUIMARÃES DE AGUIAR

O Terceiro Setor em busca de autonomia financeira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como uma das atividades programadas pelo curso de Gestão Empresarial

Orientador: Prof. MSc Mauro Castro

**Brasília
2017**

“Se você quiser alguém em quem
confiar, confie em si mesmo.
Quem acredita sempre alcança”.

Renato Russo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me dado coragem de iniciar um novo projeto e concluir um ciclo tão importante para minha carreira profissional.

À minha família, pais, irmãos e sobrinhos pela parceria, força, incentivo e apoio demonstrado na realização da Pós Graduação.

Aos colegas de turma pelos momentos bons de aprendizagem que compartilhamos durante todo o curso.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Mauro Castro, pela dedicação, orientações, instruções e pela paciência durante a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à Casa do Ceará, pela acolhida durante a realização da pesquisa e toda equipe de direção e funcionários que, ao serem procurados, prontamente atenderam e forneceram todo suporte para a realização do estudo.

RESUMO

As organizações do Terceiro Setor possuem grande importância para a comunidade carente, uma vez que, embora sejam entidades privadas, as mesmas prestam serviços ou defendem algum tipo de causa, cujo dever é do Estado. Neste trabalho é possível identificar como é o funcionamento destas entidades, os desafios impostos a elas no dia a dia na captação de recursos para manutenção de suas atividades assistenciais. Para uma melhor compreensão do estudo, foi realizada uma pesquisa em uma entidade do Terceiro Setor, localizada em Brasília, Distrito Federal, que atua nas áreas de educação, cultura, assistência social e saúde, desde 1963. Para a realização do estudo, foram utilizadas as técnicas de coleta de dados, com acesso a documentos e entrevistas com os agentes ligados à administração. No decorrer da pesquisa foi possível constatar que a entidade consegue se manter com recursos próprios, possui inúmeros parceiros que colaboram com suas atividades e um quadro numeroso de voluntários e um quadro reduzido de funcionários. Pôde-se verificar, ainda, que a instituição possui boa credibilidade diante da comunidade que a ela recorre, servindo de exemplo para outras entidades congêneres, no entanto, existe a possibilidade de uma melhor estruturação na captação de mais recursos financeiros.

Palavras chaves: Filantropia, Gestão, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The Third Sector organizations have great importance to the needy community, once, although they are private entities, they provide services or defend some kind of causes, whose duty is from the State. In this paperwork, it will be possible to identify how these entities works, the challenges imposed on them daily in raising funds for the maintenance of their care activities. For a better comprehension of the study, it was made a research in a Third Sector entity, located in Brasília, Distrito Federal, which works in areas of education, culture, social assistance and health care, since 1963. In order to carry out the study, techniques of data collection were used, with access to documents and interviews with agents connected to the administration. During the research it was possible to verify that the entity is able to maintain itself with its own resources, it has innumerable partners in its activities, a large number of volunteers and a reduced number of employees. It was also verified that the institution has a good credibility with the community that uses it, serving as example to other similar entities, however, there is the possibility of a better structuring in the collection of more financials resources.

Key-words: Philanthropy, Management, Sustainability.

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Gestão, Recursos Humanos e Marketing no Terceiro Setor	13
1.1.2 Terceiro Setor como aliado do Estado	15
1.2 Breve histórico sobre o Terceiro Setor	17
1.3 Regulamentação do Terceiro Setor	18
1.4 Classificação do Estudo	19
1.5 Análise documental	20
1.6 Entrevistas	21
1.7 Análise dos Dados Coletados	21
2 PESQUISA NA CASA DO CEARÁ	22
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
APÊNDICE I	32
APÊNDICE II	33
APÊNDICE III	34

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 foi marcado por grandes dificuldades para o Brasil, com crise na economia e na política, refletindo assim em diversas áreas, inclusive no Terceiro Setor, mesmo porque, o setor se mantém por meio de doações ou parcerias com o setor público. O Terceiro Setor é composto por entidades da sociedade civil, sendo elas pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por entidades beneficentes, fundações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, algumas instituições ligadas a igrejas, como por exemplo às Santas Casas de Misericórdia, dentre outras. Todas elas com forte atuação em prol da população carente, conforme a visão de Oliveira (2014).

Estas organizações mais conhecidas como ONGs, enfrentam várias dificuldades na maioria das vezes por falta de meios de captação de recursos financeiros para manutenção de suas atividades sociais, especialmente àquelas que não possuem convênio com órgãos governamentais.

As entidades que compõem o Terceiro Setor, em sua grande maioria, são mantidas por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas e prestação de serviços voluntário de pessoas que se identificam com a causa defendida pela mesma. Essas entidades funcionam como apoio ao Estado, muitas vezes, prestando algum tipo de serviço gratuito à comunidade carente de determinada região, ou defendendo algum tipo de causa social.

Embora não tenham fins lucrativos, elas precisam angariar recursos financeiros para manutenção de suas atividades, ou seja, necessitam de uma gestão profissionalizada e capaz de criar planos eficazes de captação de recursos para cobrir suas necessidades, proporcionando melhores resultados. Além de desenvolver ações de interesse público, as ONGs atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de saúde, educação, assistência social e muitas outras.

O Terceiro Setor, representa diferentes identidades, visões do mundo e interesses que compõem o Brasil, dando suporte aos menos favorecidos que muitas vezes tornam-se invisíveis aos olhos dos governantes. Daí se nota a importância dessas instituições e a relevância de seus serviços para a comunidade.

Cabral (2015) afirma que, as instituições do Terceiro Setor superam o exercício de morais particulares e desenvolvem um senso de publicidade como núcleo humano de ação coletiva.

Importante ressaltar, que o Terceiro Setor tem sido alternativa de uma grande parte da sociedade, principalmente para as pessoas carentes, que buscam atendimento em diversos órgãos públicos e que na maioria das vezes não são atendidas, encontrando nessas entidades suporte para buscar seus direitos e até mesmo a prestação de serviço gratuito a que tanto precisam.

Tachizawa (2004), relata que o Terceiro Setor evoluiu tanto que, hoje, a expressão responsabilidade social e ética já aponta as preocupações das empresas com o reflexo de suas atitudes nos negócios.

Devido a importância da atuação do Terceiro Setor e para melhor entender o funcionamento dessas organizações, veremos neste trabalho o atual modelo de gestão dessas entidades, especialmente da Casa do Ceará em Brasília e formas de captação de recursos financeiros para viabilidade de suas atividades, com o seguinte problema de pesquisa: **Como as organizações sociais no Brasil podem ser geridas de forma eficiente para manter-se sustentáveis?**

O presente estudo tem por objetivo levantar as principais deficiências nos meios de captação de recursos do Terceiro Setor, tendo como base a gestão da entidade Casa do Ceará em Brasília.

Como objetivos específicos serão analisadas as principais práticas adotadas por essas organizações para manutenção de suas atividades; descrever como é a gestão atual da Casa do Ceará e quais os meios de arrecadação de recursos financeiros; demonstrar as dificuldades que passam as organizações do Terceiro Setor que buscam meios de sobrevivência para prestar serviços de qualidade à comunidade carente; sugerir novos meios de captação de recursos e de gestão desse processo de captação.

Inicialmente, será feito um breve histórico sobre o Terceiro Setor e as principais formas de atuação, levantando conceitos e definições. Em seguida, será apresentada a teoria do tema em questão, com pesquisas em livros, artigos e publicações sobre o assunto. Será abordado também, sobre as regulamentações do Terceiro Setor.

Para um melhor entendimento dos conceitos acima abordados, será necessário a realização de um estudo de caso, tendo como parâmetro a gestão da Casa do Ceará em Brasília, uma vez que, a mesma é uma entidade do Terceiro Setor que tem uma forte atuação no Distrito Federal há mais de 53 anos.

Por meio da revisão bibliográfica será mostrado o perfil dessas entidades, o público atingido por elas e os meios mais comuns de manutenção das atividades desenvolvidas. Serão realizadas pesquisas e entrevistas com servidores da Casa do Ceará, dirigentes e voluntários da instituição, por meio dos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Entrevista com o Presidente da instituição, tendo como objetivo mostrar os meios mais comuns de captação de recursos para sobrevivência da entidade e as expectativas em relação ao futuro.
- b) Entrevista com a gerente financeiro para uma melhor compreensão sobre as formas de captação de recursos e os projetos desenvolvidos pela instituição capazes de manter suas atividades.

Após a realização das entrevistas, onde as informações colhidas serão analisadas e processadas, será possível traçar um mapa de estudo capaz de entender melhor o funcionamento dessas organizações, especialmente no Brasil.

A proposta da presente pesquisa é compreender melhor o funcionamento destas organizações e o papel do gestor no bom andamento de suas atividades considerando a dificuldade de angariação de recursos financeiros. Este estudo oferecerá uma melhor compreensão sobre as atividades dessas instituições, esclarecendo a importância do Terceiro Setor para a comunidade carente.

1 Referencial Teórico

A fim de compreender melhor a atuação das organizações do Terceiro Setor, será abordado sobre gestão de excelência dessas entidades, tendo como foco recursos humanos e marketing do Terceiro Setor. Abordaremos também, sobre as funções do Estado em relação à sociedade e como essas organizações se apresentam diante do mesmo como um suporte às atividades assistenciais.

1.1 Gestão, Recursos Humanos e Marketing no Terceiro Setor

Para se ter uma gestão de excelência faz-se necessário o trabalho em equipe das pessoas que estão na linha de frente, sejam gerentes ou executivos. Conforme a visão de Araújo (2011) que relata sobre a importância da liderança nas mãos de um grupo e não apenas sendo responsabilidade de uma única pessoa. Quando apenas uma pessoa concentra todas as decisões em relação a administração corre-se o risco de perder o foco e não alcançar os objetivos.

Segundo Cabral (2015):

Os desafios e as tendências contemporâneos impostos à gestão suscitam, particularmente para as Organizações do Terceiro Setor, uma análise de suas práticas, baseada na sua origem, objetivos e peculiaridades de organizações instituídas, para a realização de uma missão em um espaço que se publiciza, a fim de agregar interesses, representações e expectativas de grupos e da sociedade. Fazem, também, por sua conexão com a execução de políticas públicas que se reflita sobre as consequências da reforma do Estado contemporâneo. (CABRAL, 2015, p. 135).

Almeida (2011) defende que a postura dos dirigentes define o estilo gerencial de uma organização. “O funcionamento de uma organização depende em grande medida da postura de seus dirigentes diante das situações de decisão, de comando e de conflitos, o que caracteriza o seu estilo gerencial”.

Cabral (2015), relata sobre a administração do Terceiro Setor :

Os participantes são selecionados segundo valores e atitudes, vindo a constituir um sistema social baseado no relacionamento de seus integrantes; a direção é legitimada por princípios e visões a serem atingidas, e não por metas imediatas; a organização compartilha responsabilidades, e não distribuição de poder. (CABRAL, 2015, p. 132).

A maioria das organizações sociais partem do princípio que para diminuir custos devem empregar pessoas com baixa qualificação, desta forma, a qualidade do trabalho fica muito comprometida. Portanto, é importante que essas instituições desenvolvam trabalhos especificamente voltados para a área de recursos humanos, com o intuito de preparar as pessoas não apenas para o desempenho de suas atividades cotidianas, mas também para o alcance de desempenhos que exijam maior complexidade e possa assim desenvolver projetos com maior eficácia.

Importante Ressaltar, que grande parte das pessoas que trabalham nas organizações não governamentais se identificam com a causa defendida pela entidade e

sentem prazer com o trabalho desenvolvido em prol dos menos favorecidos, isso cria a responsabilidade da instituição em manter viva a chama do trabalho e não apenas do emprego.

Para Lacombe (2011):

A solidariedade é baseada não tanto no coração, mas no cérebro. Suas relações são baseadas em atividades comuns, interesses mútuos e benefícios compartilhados que beneficiarão todos os membros. Os sindicatos e associações profissionais constituem exemplos de grupos de alta solidariedade. Ela tende a proporcionar foco na estratégia da organização, respostas rápidas às ameaças competitivas e intolerância a desempenhos insatisfatórios. Se a estratégia for correta, isso pode ser muito eficiente. Tem, no entanto, seus custos: se a estratégia não for adequada, pode conduzir ao suicídio da organização e a cooperação ocorre apenas quando as vantagens individuais ficam claras. Os papéis de cada um são claramente definidos, às vezes de forma exagerada. (LACOMBE, 2011, p. 303)

Responsabilidade, compromisso e dedicação são atributos essenciais das pessoas que compõem a parte de recursos humanos dessas organizações, portanto, para o desenvolvimento de um trabalho diferenciado é importante construir ferramentas de gestão capazes de criar competências e melhorias no desempenho do conhecimento, para que os empregados possam desenvolver suas habilidades em prol das atividades da organização.

Para se obter eficácia em seus projetos as entidades do Terceiro Setor precisam contar com um plano de marketing que ressalte a missão, a visão, os recursos humanos, as relações e a capacidade operacional de cada setor da entidade, que possa vir a auxiliar na sustentabilidade e no desenvolvimento das atividades desenvolvidas, criando um processo social, conforme define Sarquis (2009):

Marketing é um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros; ou um processo social, orientado para a satisfação das necessidades e desejos de indivíduos e organizações, pela criação e troca voluntária e concorrencial de produtos e serviços geradores de utilidades para os compradores. (SARQUIS, 2009, p. 11)

As ferramentas de marketing podem ajudar no reconhecimento social de uma organização, a ponto de abrir portas para a conquista de sua sustentabilidade. Levando sua imagem à pessoas que possam ser financiadoras de projetos, sejam elas físicas ou jurídicas.

1.1.2 Terceiro Setor como aliado do Estado

O artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, trata sobre os direitos sociais, com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.”

Embora esteja previsto na Constituição, o Estado não consegue implantar políticas públicas capazes de atender toda a população do país. O Terceiro Setor se apresenta como um forte aliado na busca pela igualdade social, embora sejam entidades privadas, as mesmas não visam lucro e tem como objetivo promover a igualdade social com o atendimento a pessoas carentes, contemplando assim o dever do Estado. Andrade (2015) destaca que o ser volitivo, movido por sua vontade em ajudar, é diferente do ser Estado, que deveria mover-se por leis, dentro de uma esfera pública, na qual os indivíduos têm direitos e o Estado tem deveres.

Segundo Andrade (2015):

A distância entre pedir e receber é muito pequena. O indivíduo que pede, além de não acessar outras formas de resposta às suas demandas, não consegue mais receber de forma espontânea e, por isso, tem a necessidade de se colocar como um total despossuído, sem condições de atendimento ou amparo estruturado, restando-lhe, apenas, a opção de pedir aos outros para que, em um ato volitivo, muitas vezes impensado e instantâneo, por medo, ou piedade, o ajudem. (ANDRADE, 2015, p. 113).

O Terceiro Setor atua como aliado do Estado até mesmo na gestão de muitas entidades públicas, que embora sejam de caráter público, os recursos destinados à elas são geridos por organizações sociais, o que muitas vezes, resulta em uma gestão mais profissionalizada, sendo também um valioso apoio do Estado para que as organizações mantenham-se fortes e tenham seus serviços valorizados.

Andrade (2015) afirma que em decorrência da reforma do Estado, a constituição do “terceiro setor” (supostamente para além do Estado e do mercado) tem se mostrado como um instrumento eficaz na consolidação desse projeto societário.

Para Cabral (2015):

As organizações sociais que sempre conviveram, subsidiária e supletivamente, com o Estado na produção de bens públicos assistiram a um processo de valorização de suas atividades, finalidades e peculiaridades, vindo a merecer seu reconhecimento como um segmento organizacional, o Terceiro Setor, distinto do Estado e do setor privado.(CABRAL, 2015, p. 52)

As organizações sociais possuem quadro numerosos de voluntários, muitas vezes pessoas que já estão aposentadas e que buscam no serviço voluntário sua valorização pessoal, por meio da prestação de serviço gratuito em benefício ao próximo, além de gerar milhares de empregos.

Para Paes (2015):

O Terceiro Setor desempenha uma função essencial de fomento à dinâmica da solidariedade voluntária. Desde os primórdios dos anos 80, época do *boom* das Organizações não Governamentais – ONG, tem-se tornado um fator propulsor da convivência coletiva das sociedades modernas, como parte de um movimento suportado por ideias altruístas de solidariedade, mas com uma evolução constante e progressivo direcionamento para a profissionalização das entidades vinculadas a este setor. (PAES, 2015, p. 7).

O serviço voluntário é um meio de caridade, contudo, em determinadas áreas de atuação, mesmo sendo serviço gratuito, necessita-se de um certo grau de instrução e qualificação e na maioria da vezes as pessoas que compõem o quadro profissional da instituição são da própria comunidade e não possuem qualificação adequada, dificultando a captação de recursos financeiros e tornando praticamente inviável a manutenção das atividades.

Embora as ONGs sejam parceiras do Estado, prestando algum tipo de serviço ou defendendo algum tipo de causa social que é obrigação dos entes públicos, muitas delas não recebem apoio financeiro, se mantêm graças ao esforço de poucas pessoas que se identificam com a instituição e de alguma forma querem ajudar. Devido a falta de recursos e a deficiência na gestão, essas entidades acabam sem muita visibilidade diante da comunidade. Já outras organizações, mantêm um estreito laço com alguns órgãos governamentais, seja por meio de convênios ou termos de parcerias, recebem recursos volumosos para prestação de seus serviços.

Para Tachizawa (2012), a captação de recursos financeiros nas Organizações não Governamentais, se dá por meio de doações, aporte de recursos do Estado, seja na esfera estadual, municipal ou distrital, no caso do Distrito Federal, e também aporte de recursos externos. “A captação de recursos requer planejamento, pesquisa e estratégia”. É importante para a entidade que busca recursos junto a qualquer órgão, privado ou público, a clareza na comunicação com esses órgãos doadores.

Antes de iniciar uma campanha de captação de recursos, é interessante que a organização desenvolva material institucional que apresente de forma clara os objetivos e a lógica (razão de ser) da organização e as razões pelas quais o

possível apoiador poderia oferecer seus recursos. Dispor de material impresso formal é importante, porque transmite confiança ao leitor e ainda confere um ar mais profissional à campanha ou à entidade. Este material, que pode ser um folheto ou uma brochura, precisa comunicar o objetivo da captação de recursos de maneira persuasiva, de tal modo que “toque” tanto o coração quanto a mente do público (doadores, financiadores ou voluntários). O material precisa ilustrar de que modo os recursos captados poderão ser utilizados para que a organização continue e/ou amplie suas atividades com vista em alcançar sua missão. (TACHIZAWA, 2012, p. 161).

O Terceiro Setor enfrenta dificuldades para manter-se sustentável e a necessidade de uma gestão de excelência torna-se cada vez mais essencial para desenvolver projetos eficazes para obtenção de recursos.

1.2 Breve Histórico sobre o Terceiro Setor

Albuquerque (2006) relata que algumas organizações sociais como sindicatos de trabalhadores e associações patronais surgiram nos anos 1.800. Outras organizações da sociedade civil surgiram na década de 1970, com um forte caráter político, com ações voltadas para uma política social de desenvolvimento comunitário e para execução de atividades nos campos de consumo, educação de base, saúde, dentre outras.

Monteiro (2014) nos mostra como é visto o Terceiro Setor:

Genericamente, o Terceiro Setor é visto como derivado de uma conjugação das finalidades do Primeiro Setor com a metodologia do Segundo, ou seja, composto por organizações que visam a benefícios coletivos, embora não sejam integrantes do governo. São de natureza privada, embora não objetivem auferir lucros. As organizações que atuam efetivamente em ações sociais, na busca de benefícios coletivos públicos, que podem ser consideradas como de utilidade pública, são capazes de auxiliar o Estado no cumprimento de seus deveres, atentando para as desigualdades vigentes no país e a incapacidade do Estado de desempenhar com eficiência as atividades que lhe são atribuídas. (MONTEIRO, 2014, p 28).

O Terceiro Setor surgiu como um suporte ao Estado, por meio de uma sociedade organizada, sendo confundida muitas vezes como oposição política. A atuação do Terceiro Setor tem forte expressão em diversas áreas, promovendo caridade às pessoas carentes. Tachizawa (2014) nos mostra como é composta a estrutura destas entidades:

As ONGs operam, em termos de estrutura interna, obrigatoriamente, com órgão de natureza deliberativa (Assembleia Geral) e órgão de natureza decisória (Diretoria, que pode ser denominada, também, de Conselho Administrativo). A criação de Conselho Fiscal, por outro lado, é obrigatória em certos casos, diferentemente do Conselho Consultivo, cuja constituição é sempre facultativa. A denominação de tais órgãos é mera questão semântica e que pode variar de uma situação para outra. Da mesma forma, a quantidade de órgãos e de níveis hierárquicos irá depender, fundamentalmente, do porte e volume de atividades desenvolvidas no âmbito da organização. (TACHIZAWA, 2014, p.6)

Embora estas entidades não tenham finalidade lucrativa, elas precisam angariar recursos financeiros para manter-se sustentáveis e prestar atendimento de qualidade às pessoas carentes, sendo esse o tema central deste trabalho, pois em um país onde a maioria das pessoas só visam lucro, sem se preocupar com os mais humildes, a busca de recursos financeiros para manutenção de serviços sociais se torna cada dia mais escassa.

Para o autor Dias (2015), o desenvolvimento sustentável se dá da seguinte forma:

Para ser viável, o desenvolvimento sustentável deve, entre outras ações: eliminar a pobreza; distribuir mais equitativamente os recursos; melhorar a saúde, a educação e capacitação das pessoas; ter governos mais descentralizados e participativos; e uma melhor compreensão da diversidade dos ecossistemas, com soluções adotadas localmente para os problemas ambientais e um melhor monitoramento do impacto ambiental produzido pelas atividades de desenvolvimento.(DIAS, 2015, p. 23).

Para se manter sustentável e com capacidade de sobrevivência uma instituição, seja ela de qualquer área de atuação, precisa sempre se reinventar, inovando, investindo em novas tecnologias e em profissionais capacitados. No Terceiro Setor tais investimentos tornam-se muitas vezes uma tarefa muito difícil, principalmente para aquelas entidades que se mantêm somente por meio de doações.

São muitos os desafios impostos ao Terceiro Setor, devido a escassez de recursos. Para alcançar os objetivos e suas finalidades, estas entidades precisam apostar em uma gestão capaz de desenvolver projetos de captação de recursos financeiros eficazes para manutenção do bom andamento das atividades desenvolvidas.

1.3 Regulamentação do Terceiro Setor

Normas, isenções fiscais e certificações

O Terceiro Setor é regulamentado pela Lei 8.742/1993, lei orgânica de assistência social (LOAS), que dispõe sobre os objetivos e definições das entidades sociais, pela lei 13.204/2015, que dispõe sobre as formas de parcerias entre as organizações da sociedade civil e o setor público, o chamado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e pela lei 12.101/2009 que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes.

Há alguns anos eram concedidas algumas certificações às entidades de assistência social, como: Utilidade Pública Federal, concedido pelo Ministério da Justiça, Cadastro Nacional de Assistência Social, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social,

com estas certificações as entidades tinham condições de firmar parcerias com o Governo Federal, receber isenções fiscais e doações de órgãos públicos federais. No ano de 2016 a concessão e renovação do título de utilidade pública federal deixou de existir devido a publicação da lei 13.204/2015, que regulamenta as parcerias entre a entidades da sociedade civil e o poder público. Já o cadastro nacional de assistência social deixou de existir no ano de 2009 com a publicação da lei 12.109/2009, que regulamenta as certificações das entidades beneficentes de assistência social.

As entidades beneficentes são isentas ao recolhimentos da cota previdenciária patronal-INSS, da contribuição social para lucro líquido - CSLL e da contribuição para o financiamento da seguridade social- COFINS.

1.4 Classificação do estudo

O presente trabalho trata de um estudo de caso, no qual foi estudado e investigado como a instituição do Terceiro Setor denominada Casa do Ceará em Brasília é gerida de forma a manter-se sustentável para execução de suas atividades assistenciais. Para realização do estudo foi necessário buscar apoio a artigos e pesquisas científicas voltadas para a gestão do Terceiro Setor

Gil (2009) nos mostra que “os estudos de caso têm uma história cujas origens podem ser identificadas em meados do século XIX e que segue várias etapas até se chegar aos tempos atuais. Como em qualquer tentativa de reconstrução histórica, as etapas nem sempre são bem definidas, mas sua identificação é útil para o entendimento da evolução do fenômeno”.

Martins (2008), define o sucesso do estudo de caso da seguinte forma:

O sucesso de um Estudo de Caso, em muito, depende da perseverança, criatividade e raciocínio crítico do investigador para construir descrições, interpretações, enfim, explicações originais que possibilitem a extração cuidadosa de conclusões e recomendações. Neste sentido, o pesquisador deve apresentar encadeamentos de evidências e testes de triangulação de dados que orientaram a busca dos resultados alcançados. Deverá ganhar a confiança do leitor de que, de fato, conhece o assunto com o qual está trabalhando. Convencê-lo de que o trabalho de campo foi realizado pessoalmente, com afinco e perseverança. Conforme a situação, demonstrar procedimentos que evidenciem isenção, portanto não contaminação, pelo fato de, possivelmente, trabalhar no local onde foi desenvolvido o Estudo de Caso e, portanto, de conhecer as pessoas que prestaram esclarecimentos, opiniões e informações. (MARTINS, 2008, p. 3)

Os estudos de caso não podem ser confundidos com análise de casos. O estudo de caso enquanto método de pesquisa envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados, conforme a visão de Gil (2009):

Como delineamento de pesquisa, o estudo de caso, assim como o experimento e o levantamento, indica princípios e regras a serem observados ao longo de todo o processo de investigação. Mesmo sem apresentar a rigidez dos experimentos e dos levantamentos, os estudos de caso envolvem as etapas de formulação e delimitação do problema, da seleção da amostra, da determinação dos procedimentos para coleta e análise de dados, bem como dos modelos para sua interpretação. O que implica descartar qualquer definição que apresente estudo de caso apenas como um método ou técnica de coleta de dados. (GIL, 2009, p. 5).

O presente estudo ocorreu por meio de análise documental e entrevistas com os agentes sociais diretamente ligados à administração da Casa do Ceará, destacando o ponto de vista dos indivíduos a respeito dos meios de sustentabilidade da instituição e as principais dificuldades encontradas.

1.5 Análise documental

A análise documental se deu por meio de acesso aos documentos da instituição, tais como, estatuto social, relatórios contábeis e financeiros, acesso ao site, dentre outros. Portanto, a escolha dos documentos não se deu de uma forma aleatória, mas sim, foi levado em consideração aqueles documentos que possuem maior relevância para a entidade.

Para Gil (2009):

A pesquisa documental é muito valorizada nas Ciências Sociais. Como se vale dos mais diversos tipos de documentos, pode ser aplicada em praticamente todos os campos do conhecimento. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, torna-se o principal procedimento nos estudos de natureza histórica. Como não exige contato direto com as pessoas, o tempo despendido na pesquisa tende a ser bem menor, quando comparado a outros delineamentos. Mas exige muita competência do pesquisador, que, antes de proceder à análise do material, precisa certificar-se da confiabilidade dos documentos. (GIL, 2009, p. 9).

Por meio da análise documental será possível verificar a situação financeira em que se encontra a entidade e como ela se comporta diante das situações adversas que possivelmente tem encontrado.

1.6 Entrevistas com os agentes sociais ligados à administração da Casa do Ceará

Vergara (2012) classifica que a escolha do entrevistado pode responder por boa parte do sucesso da entrevista, se tiver sido uma escolha adequada ou, ao contrário, pode revelar uma entrevista incipiente, pobre, se tiver sido uma escolha pouco cuidada. Para determinados tipos de pesquisa, o entrevistador deve buscar o máximo de informações sobre a pessoa a ser entrevistada.

A entrevista tem um grau de estrutura, cuja natureza é determinada por fatores como objetivo, duração e complexidade. Diferentes tipos de entrevista podem requerer diferentes estruturas, mas os princípios e as técnicas fundamentais aplicam-se a todas.

Verificou-se como suficiente entrevistar apenas duas pessoas da instituição, sendo uma, o Presidente, Representante Legal da entidade que possui cargo voluntário, e a Gerente Financeiro, responsável pela área financeira da instituição e funcionária contratada conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Para Vergara (2012) a entrevista tem grande chance de contribuir para conclusões consistentes da investigação que a utilizou como método de coleta de informações no campo.

As duas entrevistas foram realizadas individualmente, por meio de formulários contendo 10 perguntas. Entendeu-se que não haveria necessidade de gravação, uma vez que, todas as respostas seriam anotadas na presença do entrevistado e do entrevistador.

1.7 Análise dos dados coletados

As informações obtidas por meio da coleta de dados foram estudadas segundo a visão de Gil (2009), o qual nos mostra que o material para análise nos estudos de caso geralmente é constituído por longas transcrições de entrevistas e notas de campo, o que torna bastante complexo o trabalho de análise.

A finalidade básica da coleta de dados é criar um conjunto sistematicamente organizado de materiais que possam ser usados para dar sustentação ao estudo e testar ou gerar hipóteses .

Após a coleta de dados que foi realizada por meio das entrevistas e da análise documental foi possível conhecer de fato o funcionamento da entidade, como a mesma é

gerida e como os indivíduos diretamente ligados à administração enfrentam e encaram os desafios de mantê-la sustentável.

2 PESQUISA NA CASA DO CEARÁ EM BRASÍLIA

A pesquisa do presente estudo foi realizada em uma entidade que está relacionada no site da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que se encontra em regular funcionamento.

A Promotoria de Fundações mantém o controle e fiscalização das entidades sociais no âmbito do Distrito Federal, acompanha o controle financeiro e a evolução patrimonial das mesmas, as entidades prestam contas anualmente de suas atividades à promotoria que, ao final da análise das contas, caso esteja de acordo com as finalidades estatutárias e se aprovadas, emite o Atestado de Regular Funcionamento.

Foi adotado esse critério, devido ao Ministério Público tratar-se de um órgão que tem como missão: “promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.”

Espera-se, que todas as entidades que constam em regular funcionamento e assim, são fiscalizadas pela Promotoria de Fundações, tenham como seus objetivos desenvolver trabalhos voltados à comunidade carente na busca de uma sociedade mais humana e igualitária.

A Casa do Ceará em Brasília é uma entidade sem fins lucrativos que atua desde 1963 nas áreas de assistência social, saúde, educação e cultura. Com base em seu relatório de atividades desenvolvidas no ano de 2015, a entidade prestou mais de 30.000 atendimentos à comunidade. Além de manter um abrigo que atende 17 pessoas idosas.

Em seu estatuto social, a Casa do Ceará se apresenta da seguinte forma:

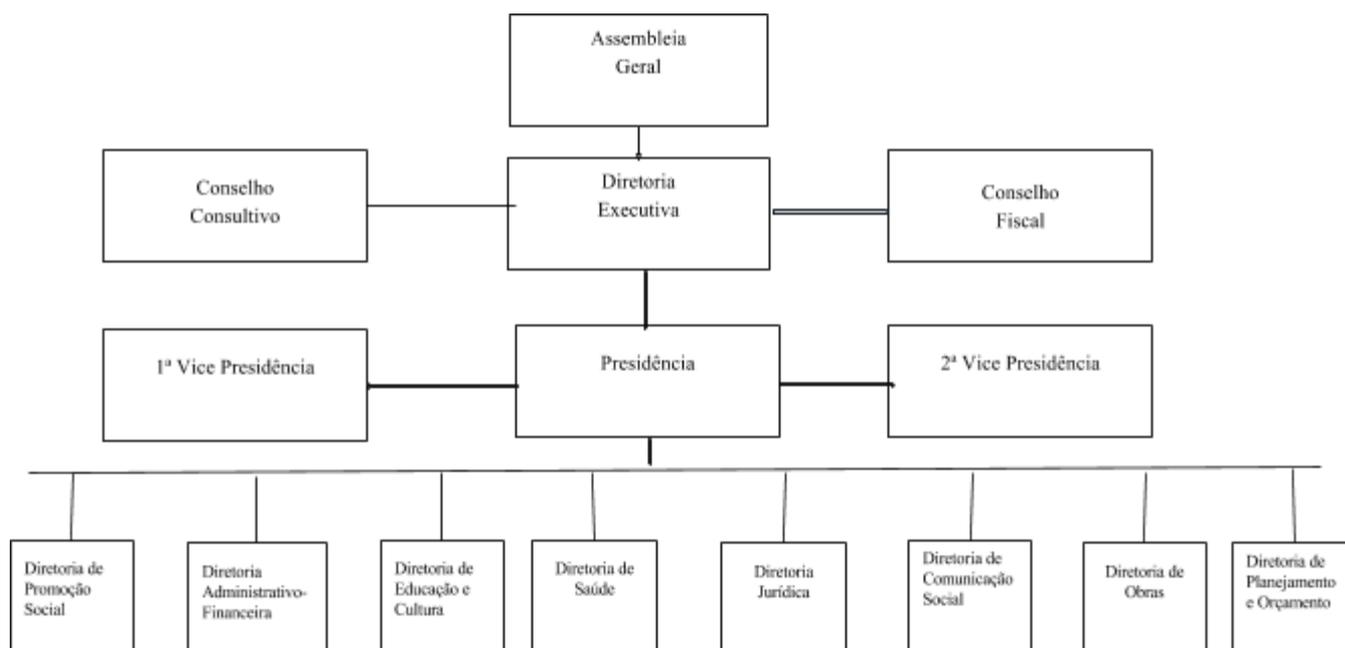
A Casa do Ceará em Brasília, fundada em 15 de outubro de 1963, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade Brasília-DF, no SGAN 910, conjuntos F/G, de caráter beneficente, educativo, cultural, esportivo e de assistência social, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que for aplicável, em especial pelo Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.(Estatuto Social da Casa do Ceará, 2014, p.3).

Dentre seus objetivos destaca o atendimento à comunidade carente nos segmentos de maternidade, infância, adolescência, velhice, portadores de necessidades especiais em

situação de risco, com atuação nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, recreação e lazer. É uma entidade que não possui convênio com o poder público, atende pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade social, sem exigência de contrapartida, presta ainda uma série de serviços para a comunidade residente no Distrito Federal, independente da naturalidade.

A forma de gestão da Casa do Ceará está representada no organograma a seguir:

Organograma: Relatório de Atividades da Casa do Ceará 2011.



Fonte: Produzido pela autora com os dados coletados.

Nota-se, que para cada área de atuação, conforme organograma acima, a Casa do Ceará possui uma diretoria específica para tratar do assunto, cada membro da Diretoria ou Conselho possui curso superior em conformidade com sua área. Todos os cargos que compõem a Diretoria Executiva e Conselhos são voluntários, ou seja, não recebem qualquer tipo de remuneração, benefícios ou vantagens pelo trabalho desenvolvido na entidade, conforme artigo 9º de seu estatuto social:

A Casa do Ceará em Brasília não remunera os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, de comissões e conselhos eventuais, dirigentes de departamento e assessores, não distribui lucros ou dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que o eventual superávit do exercício financeiro será aplicado integralmente na consecução de suas finalidades e objetivos estatutários, no exercício subsequente ao ano do feito. (Estatuto Social da Casa do Ceará, 2014, p. 5).

Além dos membros da diretoria e conselheiros, a instituição conta com um quadro de 47 empregados, distribuídos em seus diversos setores, que desempenham um papel importantíssimo em seu funcionamento, sendo que, a maioria dos empregados são mulheres.

A administração possui melhores resultados à medida em que toma decisões baseadas em metodologias, técnicas e processos, levando em consideração a visão de todo o grupo. Foi possível observar, após participação em algumas reuniões da Diretoria Executiva da Casa do Ceará e após obter acesso a atas de reuniões, que todos os assuntos relacionados às atividades da instituição são discutidos e aprovados pela diretoria, mostrando assim, a participação de todos os membros envolvidos no processo de gestão da entidade. Observou ainda, que os relatórios contábeis da instituição são submetidas anualmente, a análise do Conselho Fiscal e posteriormente levados à Assembleia Geral, composta pelos associados da Casa, para que possam ser aprovadas, mostrando assim, uma clareza maior na aplicação dos recursos.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Acompanhando o funcionamento da entidade, fonte da presente pesquisa, verificou-se que a mesma se manteve sustentável ao longo desses 53 anos de existência, para tanto, houve a necessidade de firmar parcerias com pessoas físicas e jurídicas para angariação de recursos financeiros para manutenção de suas atividades.

Na área de saúde, a Casa do Ceará conta com uma policlínica e uma odontoclínica, onde são firmadas parcerias com profissionais autônomos da área de saúde, como, dentistas, médicos, psicólogos e outros, que prestam o serviço, mediante cobrança, onde um percentual é destinado aos serviços da instituição e outro é repassado ao profissional. O mesmo acontece com os cursos profissionalizantes da entidade. No abrigo, os idosos contribuem com até 70% do benefício que recebem, estando em acordo com o artigo 35 da Lei 10.741/2003, que prevê o critério de cobrança para instituições filantrópicas que prestam serviço ao idoso. Observou-se ainda, que a entidade possui parte de seu imóvel alugado para terceiros e um bazar onde parte das doações recebidas como roupas, sapatos e móveis, são vendidas à preços simbólicos e o valor arrecadado aplicado em suas atividades assistenciais.

Além dos meios de arrecadação de recursos já descritos, a entidade busca parcerias com empresas privadas por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Foram publicados dois livros da instituição, sendo um no ano de 2010 e outro no ano de 2013, todos por meio de incentivo fiscal. O site do Ministério da Cultura descreve o incentivo fiscal da seguinte forma: “O incentivo é um mecanismo em que a União faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos culturais ou em contribuições ao Fundo Nacional da Cultura”.

Durante a realização das entrevistas foi possível identificar alguns projetos da entidade que ainda não foram realizados por falta de recursos financeiros, como é o caso da construção de sua nova sede e de uma creche para atendimento a crianças carentes das cidades satélites do Distrito Federal. Durante a entrevista, o presidente ressaltou a necessidade de construção de uma sede nova, pois a sede atual é muito antiga e não consegue atender todas as demandas da instituição, além da estrutura que foi ficando fragilizada com o tempo. Disse, ainda, que a entidade possui um projeto já aprovado pelos órgãos de fiscalização e que não foi possível torná-lo realidade devido à falta de recursos financeiros.

O Presidente destacou, que, para a construção da nova sede será necessário a venda de um dos terrenos da entidade para obtenção de recursos, já a construção da creche o objetivo seria firmar uma parceria com o governo local para que fosse cedido o terreno pela Secretaria de Desenvolvimento Social e a entidade se responsabilizaria pela construção e administração. Já a gerente financeiro ressaltou que a entidade possui características próprias para manter-se sustentável, destacou, que mesmo em meio à tantas dificuldades a instituição consegue manter suas atividades assistenciais e oferecer serviços de qualidade à comunidade carente .

A Casa do Ceará mantém suas atividades com fontes de recursos próprios, oriundos da prestação de serviços à comunidade, arrendamentos de espaços físicos e doações de pessoas físicas e jurídicas. De acordo com seu relatório de atividades desenvolvidas em 2015 as principais fontes de recursos foram:

Planilha: Relatório de Atividades da Casa do Ceará 2015.

Contribuição de particulares	2,20%
Contribuição de membros associados	1,21%
Contribuição de hóspedes - pousada (abrigo de idosos)	5,16%
Contribuição s/ serviços odontológicos	25,33%
Contribuição s/serviços médicos	14,94%
Contribuição de cursos	5,16%
Doações recebidas (Pessoa Física e Jurídica)	16,72%
Contribuição para edição do Jornal	2,00%
Subvenção CEB	1,59%
Arrendamentos diversos (Aluguéis)	5,82%
Rendimento de aplicações financeiras	1,22%
Descontos recebidos	0,02%
Receita de bazar	16,03%
Receitas de eventos	1,88%
Receitas diversas	0,72%
TOTAL	100%

Fonte: Produzido pela autora com os dados coletados.

Embora a entidade possua várias fontes de captação de recursos, foi constatado que a mesma não mantém convênio com o Governo do Distrito Federal, embora receba diversos encaminhamentos de órgãos públicos, de pessoas carentes para atendimentos gratuitos na área de saúde. Verificou-se, que a instituição possui um terreno amplo em um local valorizado com muitos estacionamentos que ficam a maior parte do tempo ociosos. A cobrança de estacionamento poderia ser uma fonte de renda, o que resultaria numa melhor utilização dos espaços.

Em visita às clínicas médica e odontológica foi possível notar que os setores não possuem sistemas de informatização. O pagamento das consultas médicas e tratamento

odontológico é realizado somente por meio de dinheiro e cheques. A informatização dos setores aceleraria e melhoraria o atendimento. O pagamento por meio de cartões de crédito e de débito poderia ser uma forma de atrair mais pacientes e evitar algum tipo de prejuízo que possa ser causado com o recebimento de cheques. Reforçando a visão de Ferreira (2015) “o mundo está em transformação constante, associada a uma explosão da informação, sendo a tecnologia um grande impulsionador de tantas mudanças”.

Sobre os aspectos da gestão, pôde-se observar que embora a entidade tenha uma diretoria altamente capacitada, a quantidade de funcionários não é suficiente para atender as demandas da instituição, conforme relatos dos próprios colaboradores, observou-se, ainda, que por questões econômicas a entidade funciona com a quantidade de funcionários reduzida ao máximo, o que pode comprometer seu bom funcionamento.

Uma questão positiva foi o fato da equipe de empregados ser bastante envolvida no desempenho das atividades da instituição, para algumas pessoas que trabalham na entidade, o fato que os levaram a procurá-la foi a necessidade do emprego, propriamente dita, com o tempo foram se identificando com os objetivos da Casa, acreditando que por meio de seu trabalho poderiam fazer a diferença na vida das pessoas mais necessitadas. Esse comprometimento que cada funcionário mantém com a instituição é fundamental no desenvolvimento de seus projetos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o presente estudo foi possível compreender como funcionam as entidades do Terceiro Setor, suas diversas áreas de atuação e como elas são mantidas. Para uma melhor compreensão foi realizada uma pesquisa em uma entidade sem fins lucrativos, ao mesmo tempo em que se buscou apoio em artigos e publicações sobre o tema.

Foi possível verificar que o Terceiro Setor possui diferentes formas de atuação, muitas entidades são mantidas pelo Estado enquanto outras se mantêm graças à contribuição e doações de pessoas físicas e jurídicas que muitas vezes se identificam com a causa. Estas entidades possuem quadros numerosos de voluntários e funcionários. São organizações que enfrentam fortes desafios para se manterem sustentáveis.

Por meio do referencial teórico foi possível mostrar como estas entidades atuam em parceria com o Estado na busca de uma sociedade mais justa, muitas vezes oferecendo algum tipo de serviço gratuito, contemplando o dever do Estado. Mostrou-se, ainda, a importância do serviço voluntário no funcionamento das organizações sem fins lucrativos. Foi feito um breve histórico sobre o Terceiro Setor identificando o surgimento destas entidades que possuem diversas formas como: Sindicatos, Partidos Políticos, Entidades Religiosas, dentre outras.

A partir do referencial teórico e do breve histórico foi possível estruturar a pesquisa por meio da coleta de dados que se iniciou com uma pesquisa no site da Promotoria de Justiça e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal, onde foram identificadas várias instituições que estão em regular funcionamento, de acordo com as normas da Promotoria, daí então a escolha da entidade fonte do presente estudo.

Em linhas gerais, pode perceber que a Casa do Ceará, entidade sem fins lucrativos, possui estrutura adequada em relação aos seus gestores, a mesma se apresenta de forma peculiar diante da sociedade, possuindo conceitos próprios para manter-se sustentável. Embora ainda haja outros meios de captação de recursos que poderiam ser viáveis para expansão de suas atividades.

Entretanto, o foco deste trabalho não é criticar a forma como a entidade é gerida ou como é realizada a captação de recursos financeiros, mas sim investigar e pesquisar como funcionam e como se mantêm as Entidades do Terceiro Setor no Brasil. Após a análise dos dados coletados na Casa do Ceará e a pesquisa em artigos relacionados ao tema pôde-se levantar uma discussão sobre o assunto.

Em relação à sustentabilidade, a Casa do Ceará possui diversos meios de captação de recursos, foi se reinventando com o tempo e sempre conseguiu se manter com recursos próprios. Contudo, vale ressaltar, que embora atenda centenas de pessoas por ano por meio das atividades desenvolvidas, a entidade tem um grande potencial para expandir esses atendimentos, mas, para tanto, seria necessário a angariação de mais recursos. Uma das opções para expansão das atividades poderia ser uma parceria com órgãos do Governo do Distrito Federal por meio de termos de parceria ou convênio.

Foi constatado ainda, por meio de conversas informais com os frequentadores, beneficiários e com os parceiros da entidade que a mesma possui boa credibilidade diante da sociedade e bom reconhecimento nas diversas áreas em que atua, servindo de referência para outras entidades congêneres que atuam no Distrito Federal.

A Casa do Ceará atua como parceira do Estado por meio dos atendimentos gratuitos à comunidade carente na área de saúde e educação, oferecendo cursos profissionalizantes à comunidade carente e um abrigo de acolhimento à pessoa idosa, embora não receba recursos oriundos do Governo local. A maioria dos atendimentos gratuitos, são para pessoas carentes encaminhadas por órgãos públicos.

Para divulgação de suas atividades, a Casa do Ceará possui um jornal mensal, site na web e uma página no facebook.

Ao que se refere os objetivos propostos no presente trabalho foi possível observar que os mesmos foram levantados nesta pesquisa, apesar de algumas limitações para a realização da mesma, devido a dificuldade de acesso à obras publicadas sobre as organizações do Terceiro Setor. Foi possível identificar que existem poucas publicações sobre o tema em questão.

Foram feitas abordagens pertinentes sobre gestão e sustentabilidade no Terceiro Setor, por meio da pesquisa na Casa do Ceará, que serviu de parâmetro para realização do estudo. Vale ressaltar, a possibilidade de estudos futuros sobre o tema com o objetivo de melhor aprofundamento da pesquisa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. Terceiro setor: história e gestão de organizações. Summus Editorial, 2006.

ALMEIDA, Mário de Souza - Gestão do conhecimento para tomada de decisão – São Paulo : Atlas, 2011.

ANDRADE, Renato Serviço social, gestão e terceiro setor - São Paulo : Saraiva, 2015.

ARAÚJO, Luis César G. de - Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional – São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 12101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

BRASIL, Lei nº 13204, de 14 de dezembro de 2015. Dispõe sobre as parcerias entre o setor público e as organizações da sociedade civil.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza Terceiro setor : gestão e controle social 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988 - disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade, origem e fundamentos, educação e governança global, modelo de desenvolvimento - Atlas 2015.

ESTATUTO SOCIAL DA CASA DO CEARÁ, 2014.

FERREIRA, Patricia Itala. Gestão por competências / Patricia Itala Ferreira ; organização: Andrea Ramal. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2015.

FREE, Max. Liderança: Saiba despertar o melhor de cada um em proveito de toda organização. Futura, 1998.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso - São Paulo : Atlas, 2009.

LACOMBE, Francisco José Masset. Recursos humanos: Princípios e tendências - 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade -Estudo de caso : uma estratégia de pesquisa – ed. – 2 – São Paulo : Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Aristeu -Manual do terceiro setor e instituições religiosas : trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal – 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças - Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática – 7. ed. – São paulo: Atlas, 2015.

PAES, José Eduardo Sabo. Terceiro setor e tributação v. 7 – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SARQUIS, Aléssio Bessa-Estratégias de marketing para serviços: como as organizações de serviços devem estabelecer e implementar estratégias de marketing– São Paulo: Atlas, 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações do terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação – 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy Organizações não governamentais e terceiro setor : criação de ONGs e estratégias de atuação – 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy Organizações não governamentais e terceiro setor : criação de ONGs e estratégias de atuação – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant - Métodos de coleta de dados no campo - 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE I

Modelo de questionário encaminhado à Casa do Ceará.

Dados da organização:

Razão Social:	telefone:
E-mail:	site:
Endereço:	
Data de Fundação:	
Áreas de atuação:	
Representante Legal:	
Certificações e registros:	
Objetivos Estatutários:	

Principais fontes de captação de recursos financeiros (%)

.....% - Recursos Privados (decorrentes de parcerias com empresas privadas);
.....% - Recursos públicos (decorrentes de parcerias com o poder público);
.....% - Recursos próprios (decorrentes de serviços prestados à comunidade);
.....% - Doações de pessoas físicas;
.....% - Doações de pessoas jurídicas;
.....% - Bazar.
100 % Total

Imunidades e isenções

A entidade possui algum tipo de imunidade ou isenção, se sim, quais?		
<input type="checkbox"/> CSLL	<input type="checkbox"/> INSS (cota patronal)	<input type="checkbox"/> COFINS
<input type="checkbox"/> ISS	<input type="checkbox"/> Energia Elétrica	<input type="checkbox"/> Água
<input type="checkbox"/> outros, quais?.....		

APÊNDICE II

Entrevista (E1)

Representante Legal (Presidente)

Questionário

- 1) Quanto tempo o senhor está à frente da administração da Casa do Ceará?
- 2) Qual a data de fundação da entidade?
- 3) Como funciona a estrutura organizacional da instituição?
- 4) Como são subsidiados os serviços da entidade?
- 5) Quais serviços são prestados pela entidade?
- 6) Qual o tipo de público-alvo da Casa do Ceará?
- 7) A entidade enfrenta algum tipo de dificuldade para manutenção de suas atividades?
Se sim, quais?
- 8) A entidade publica algum tipo de relatório? Se sim, quais?
- 9) A entidade possui algum meio de divulgação de suas atividades? Se sim, quais?
- 10) O senhor gostaria de destacar algum projeto relevante da instituição?

APÊNDICE III

Entrevista (E2)

Gerente Financeiro (Empregada)

Questionário

- 1) Quanto tempo a senhora trabalha na Casa do Ceará?
- 2) O que te levou a trabalhar em uma instituição sem fins lucrativos?
- 3) Qual a principal fonte de renda da instituição?
- 4) Qual a maior despesa da instituição?
- 5) A senhora considera que a Casa do Ceará seja altamente sustentável?
- 6) Quais os meios mais comuns de captação de recursos financeiros utilizados pela organização?
- 7) Quais os tipos de recursos a senhora julga ser prioridade para o bom desenvolvimento das atividades da instituição (financeiro, humano, tecnológico)?
- 8) Quais são os potenciais doadores?
- 9) A maior parte das doações são de pessoas físicas ou jurídicas?
- 10) Na sua opinião, por que as pessoas procuram a Casa do Ceará para realizar uma doação?